Proc. TC-030.548/2010-1
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde ante a constatação de irregularidades na aplicação de recursos do SUS no Município de Amargosa/BA, no período de 2001 a 2004, imputadas ao então Prefeito, Senhor Rosalvo Jonas Borges Sales, à Tesoureira, Senhora Solange da Silva Lacerda, e aos Secretários Municipais de Saúde, Senhor Wanderley Lauria de Almeida Júnior (de 1/12/2000 a 15/10/2001) e Senhora Raimunda Maria dos Santos Silva (de 1/12/2001 a 30/4/2002).

2. As ocorrências motivadoras de prejuízo ao erário e da consequente glosa por parte do FNS foram, em síntese, as seguintes: realização de saques nas contas PAB-MS e FMS-MS sem a comprovação de despesas; pagamento por serviços sem comprovação da sua efetivação; pagamento de salário de funcionário estranho à área da saúde; e, não utilização dos recursos relativos às ações de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais – ICCN.

3. Instados a apresentar alegações de defesa, apenas o Senhor Wanderley Lauria de Almeida Júnior acorreu ao chamamento do Tribunal, alegando a incidência da prescrição quinquenal, bem como a ausência de responsabilidade de sua parte, eis que, na condição de Secretário Municipal de Saúde, não era responsável por atos de gestão do Fundo Municipal de Saúde.

4. Quanto à prescrição quinquenal, o TCU, ao apreciar incidente de uniformização de jurisprudência sobre o art. 37, § 5.º, da Constituição Federal, consolidou a exegese de que as ações que visam à recomposição dos cofres públicos, da qual é exemplo a Tomada de Contas Especial, são imprescritíveis (Acórdão n.º 2.709/2008 – Plenário), não assistindo razão ao responsável neste aspecto.

5. No tocante à alegação do ex-Secretário de que não era responsável pela movimentação dos recursos do SUS, em sintonia com o exame empreendido pela Secex/BA, verificamos que a 2.ª Câmara do TCU, em recente julgado (Acórdão n.º 4.247/2012), deu provimento a recurso de reconsideração de ex-Secretários Municipais de Saúde do Município de Paraúna/GO a fim de excluir a responsabilidade destes com relação à gestão do SUS, tendo em vista a constatação de que estes valores estavam sob a responsabilidade direta do Prefeito e do Secretário de Finanças.

6. A propósito, é bastante esclarecedor o seguinte trecho do Voto do eminente Relator, Ministro José Jorge, no qual Sua Excelência demonstra que a movimentação desses valores do SUS deveria estar a cargo dos Secretários Municipais de Saúde, todavia, isso não tem ocorrido em diversas localidades, justificando a não imposição de sanção aos aludidos secretários:

“5. De fato, consoante apontado no Relatório de Auditoria realizada pelo DENASUS no citado município, os gestores dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, nos exercícios de 2003 e 2004, não eram os Secretários Municipais de Saúde, mas, sim, o Prefeito Municipal e o Secretário de Finanças.

6. Esse procedimento está em desacordo com o inciso III do art. 9º c/c o parágrafo 2º do art. 32 da Lei 8080/1990, no que se refere à movimentação dos recursos do SUS. Segundo o dispositivo, devem atuar como ordenadores de despesas dos recursos do fundo municipal os Secretários Municipais de saúde.

7. Em que pese a impropriedade, julgo que não há como manter a sanção imposta, pois, conforme afirma a unidade instrutiva, não há, nos autos, qualquer documento assinado pela recorrente. Nesse sentido, acompanho a proposta da Serur no sentido de se dar provimento ao presente recurso, e, em consequência, excluir a multa aplicada à recorrente.

8. Considerando, por fim, que os argumentos apresentados também socorrem os demais ex-Secretários Municipais de Saúde, julgo, com fundamento no art. 281 do Regimento Interno/TCU, que a multa a eles aplicada, pelo mesmo motivo, também deverá ser excluída”. (Acórdão n.º 4.247/2012 – 2ª Câmara)

7. Dada a similitude das situações expostas, entende-se descaracterizada a responsabilidade do Senhor Wanderley Lauria de Almeida Júnior e da Senhora Raimunda Maria dos Santos Silva quanto às irregularidades apuradas nestes autos, porquanto demonstrado que estes não geriam recursos do SUS à frente da pasta de saúde do Município.

8. De outra sorte, a par de concordarmos com a condenação ao pagamento do débito apurado nos autos por parte do ex-Prefeito e da ex-Tesoureira, consideramos indevida a inclusão do valor de R\$ 8.100,00 referente ao pagamento de funcionário da Prefeitura, eis que nessa situação o TCU tem entendido haver benefício para o Município, a quem caberia responder por eventual ressarcimento ao erário.

9. No entanto, o montante atualizado desse débito pelo sistema Débito do TCU (cerca de R\$ 15.729,39 em 03/09/2012) não atinge o valor necessário para a instauração de TCE, o que autorizaria o seu arquivamento, nos termos dos arts. 10, 11 e 5.º, § 1.º, inciso, III, da Instrução Normativa TCU n.º 56/2007.

10. Outrossim, a ocorrência irregular data de 05/12/2001, sendo eventual proposta de citação do Município infrutífera, eis que ele seria citado após já transcorridos mais de 10 anos da passagem dos fatos, circunstância essa reconhecida pelo Tribunal como limitadora ao pleno exercício da ampla defesa e do contraditório.

11. Com essas considerações, esta Representante do Ministério Público se manifesta, em essência, favoravelmente à proposta da Unidade Técnica (peças n.ºs 55, 56 e 57), pela exclusão da responsabilidade do Senhor Wanderley Lauria de Almeida Júnior e da Senhora Raimunda Maria dos Santos Silva, com a condenação dos demais responsáveis ao pagamento do débito apurado nos autos, excluindo-se o valor de R\$ 8.100,00 referente ao pagamento de funcionário da Prefeitura.

Ministério Público, 11 de outubro de 2012.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral